



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

ALTERA OS ANEXOS CARTOGRÁFICOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.695/2025, PARA DESCONSIDERAR TRECHO DE CURSO HÍDRICO INEXISTENTE E REDEFINIR OS LIMITES DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

O Prefeito Municipal de Venda Nova Do Imigrante, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os anexos cartográficos da Lei Municipal nº 1.695/2025 para:

I – **Desconsiderar** o trecho de curso hídrico inexistente entre as coordenadas UTM 282.623 (E) – 7.741.697 (N) e 282.744 (E) – 7.741.690 (N);

II – **Redefinir** os limites de Área de Preservação Permanente (APP) para **15 (quinze) metros** no trecho entre as coordenadas UTM 282.597 (E) – 7.742.481 (N) e 282.719 (E) – 7.742.502 (N), conforme mapas constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os mapas e plantas que integram esta Lei substituem, para todos os fins, o mapa do anexo III da APP E AUC - CAXIXE correspondentes da Lei Municipal nº 1.695/2025.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





Venda Nova do Imigrante, 19 de novembro de 2025

DALTON PERIM
Prefeito Municipal





**DO: GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO
IMIGRANTE**

AOS: SENHORES VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

J U S T I F I C A T I V A **PROJETO DE LEI Nº**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Submeto à elevada consideração dessa ilustre Câmara o **Projeto de Lei que propõe a atualização dos anexos cartográficos da Lei Municipal nº 1.695/2025**, diploma que disciplina a demarcação das Áreas de Preservação Permanente em zonas urbanas consolidadas deste Município.

As alterações ora encaminhadas não emergem de simples conveniência administrativa, mas de rigorosa análise técnica empreendida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Territorial – SEMMAM, devidamente corroborada pela Comissão de Estudos instituída pelo Decreto nº 5.239/2025 e, por fim, referendada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento – COMDEMASA.

No primeiro caso, a vistoria ambiental constatou, com precisão científica, a **inexistência fática** do curso hídrico anteriormente representado, o que torna indispensável a correção cartográfica para que a legislação reflita a realidade físico-ambiental, harmonia fundamental entre o Direito e a natureza dos fatos.

No segundo, a Comissão identificou condições técnicas e urbanísticas que autorizam, em trecho limitado e devidamente caracterizado como área urbana consolidada, a **redução da faixa de APP de 30 para 15 metros**, sem prejuízo à função ecológica do curso d'água, observando-se a jurisprudência nacional e os parâmetros do Código Florestal.

A Procuradoria Jurídica do Município examinou a matéria e manifestou-se pela **viabilidade jurídica da alteração** e pela necessidade de atualização da legislação por meio de lei em sentido formal, o que ora se submete ao crivo desta Casa de Leis.





Diante da consonância entre o interesse público, a técnica ambiental e a juridicidade do ato, solicito a aprovação da matéria ora encaminhada.

Respeitosamente,

Venda Nova do Imigrante, 19 de novembro de 2025

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

